



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO GRANDE DO SUL

Diretoria de Comunicação

Clipping

Veículo: Nexo Jornal

Data: 30 dezembro 2021

Editoria/Coluna:

Link:

<https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/12/30/MEC-veta-exig%C3%A2ncia-de-passaporte-vacinal-em-universidades-federais>

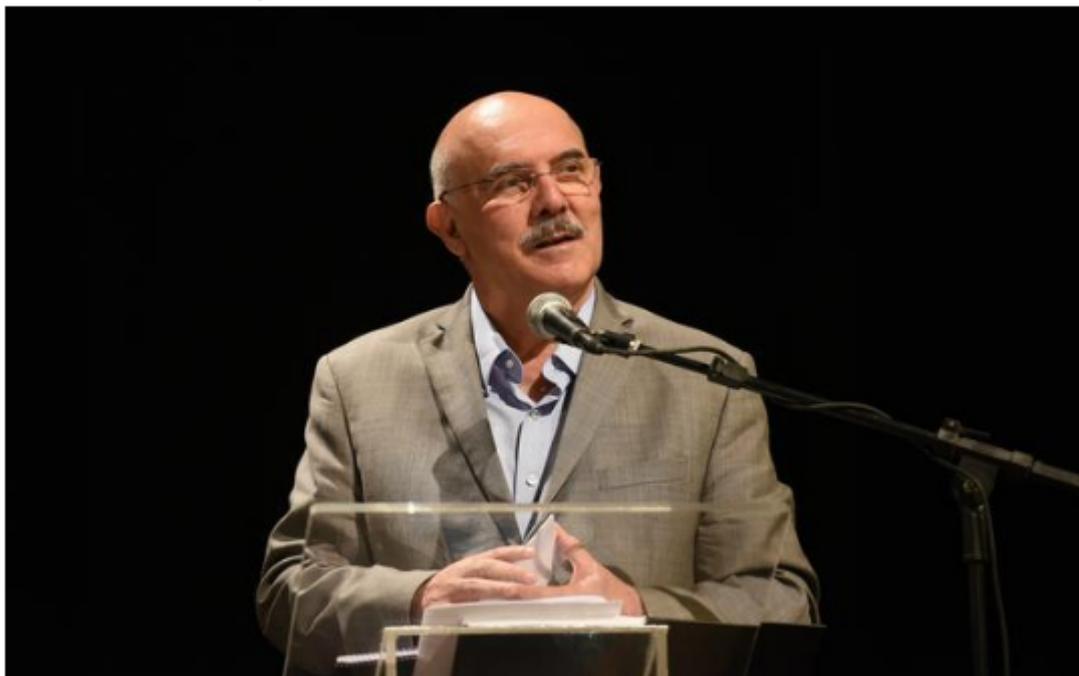
EXTRA

## MEC veta exigência de passaporte vacinal em universidades federais

Da Redação 30 de dez de 2021 (atualizado 30/12/2021 às 13h34)

Decisão do ministro Milton Ribeiro diz que medida contra a covid-19 só poderia ser implementada se houvesse lei federal sobre o tema

FOTO: CATARINA CHAVES/MEC - 30.ABR.2021



 O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, MILTON RIBEIRO, DISCURSA DURANTE EVENTO COM PREFEITOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, proibiu que universidades e institutos federais de ensino exijam dos estudantes o comprovante de vacinação contra a covid-19 para o retorno das atividades presenciais

em 2022. A decisão consta de um despacho assinado pelo ministro publicado no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (30).

Segundo o texto, as instituições federais têm como competência apenas implementar os protocolos sanitários e observar as diretrizes estabelecidas. “A exigência de comprovação de vacinação como meio indireto à indução da vacinação compulsória somente pode ser estabelecida por meio de lei”, diz o despacho.

Seria preciso, portanto, haver uma lei federal sobre o tema para que as universidades pudessem exigir dos alunos o passaporte vacinal, segundo entendimento do Ministério da Educação. Algumas instituições como a UFG (Universidade Federal de Goiás) e o IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul), porém, já haviam decidido pela exigência da comprovação de vacinação.

O presidente Jair Bolsonaro, que diz não ter se vacinado contra a covid-19, é contra a exigência de apresentação do atestado de imunização e se recusou a implementar a medida inclusive para viajantes que chegam ao Brasil — o passaporte só foi tornado obrigatório nesse caso por decisão do Supremo Tribunal Federal. O presidente já disse a apoiadores que “jamais” iria exigir o comprovante, que chegou a chamar de “coleira”.

O ministro Milton Ribeiro, por sua vez, é contrário às aulas remotas. No final de 2020, ele chegou a publicar uma portaria determinando o retorno das atividades presenciais nas instituições federais para o ano letivo de 2021, mas recuou depois da repercussão negativa da medida. Ele também já fez apelos para a volta das aulas nas universidades. Sua gestão tem sido criticada, porém, por não garantir recursos para a adaptação dos espaços físicos para o retorno das atividades.